Relatório de gestão do Eixo Graduação referente ao biênio 2017-2018

O Presente relatório apresenta as principais ações desenvolvidas no âmbito da graduação no biênio em tela e sugere à próxima gestão a continuidade dos processos que por diversas razões não foram concluídos no período. Desta forma, este documento se estrutura a partir de sete grandes temas:

1. **ABEPSS ITINERANTE**
2. **EAD**
3. **ESTÁGIO SUPERVISIONADO**
4. **EXTENSÃO**
5. **ENADE**
6. **ARTICULAÇÃO ABEPSS/ENESSO/CONJUNTO CFESS-CRESS/ALAEITS**
7. **DEMANDAS ESPONTANEAS**

1. ABEPSS ITINERANTE

No biênio 2017/2018 a ABEPSS planejou e executou a quarta edição do Projeto ABEPSS ITIENRANTE sob o título: *Os Fundamentos do Serviço Social: as atribuições e competências profissionais em debate.* O objeto desta edição centrou-se nas atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais captadas na relação entre o trabalho e a formação profissional e analisadas à luz dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social. Na sequência das três edições anteriores, o projeto se propôs a fortalecer a concepção dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social que consubstanciam a lógica das diretrizes curriculares da ABEPSS na problematização do trabalho profissional e das requisições institucionais em articulação com a formação, como um dos elementos de sustentação do projeto ético-político; fortalecendo, assim, o projeto de formação profissional do serviço social brasileiro no contexto atual, por meio de encontros com docentes,

supervisores de estágio e discentes de graduação e pós-graduação.

O Projeto ABEPSS Itinerante constitui uma ação de fortalecimento do conjunto de estratégias em defesa da formação e do trabalho profissional com qualidade que vem sendo construídas na indissociabilidade das lutas coletivas junto ao conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO através das comissões de formação na sua execução. A retomada da discussão das Diretrizes Curriculares, com ênfase nos Fundamentos do Serviço Social, nas atribuições e competências profissionais, vem sendo demandada nos encontros da categoria, no sentido de enfrentar o aligeiramento da formação e o avanço das forças neoconservadoras que atravessam o Serviço Social, reduzindo a formação a um conjunto de repasses de conteúdos e procedimentos de intervenção numa direção tecnicista e meramente funcional aos interesses do mercado.

A partir da avaliação da terceira edição do Projeto ABEPSS ITINERANTE, afirmou-se a necessidade de continuidade e aprofundamento do debate sobre os fundamentos do Serviço Social, nesta edição com ênfase nas atribuições e competências profissionais. A proposta abordou os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social na particularidade da sociedade brasileira frente às atuais transformações societárias; as determinações do trabalho assalariado: o assistente social como trabalhador assalariado; a crise capitalista, metamorfoses no mundo do trabalho e seus desdobramentos nas condições e relações de trabalho e na formação profissional dos assistentes sociais e as atribuições e competências sócio-profissionais e políticas, as demandas profissionais e requisições institucionais e as tendências expressas nas respostas profissionais na contemporaneidade.

A partir destas definições conformou-se uma comissão temporária de trabalho nacional com representação da executiva nacional da ABEPSS, dos seis regionais da entidade, uma representação do Conselho Federal de Serviço Social e uma representação do GTP Fundamentos dos Serviço Social: Formação e Trabalho Profisisonal.

O planejamento construído em março de 2017 foi atingido em todas as etapas propostas: 1) Constituição da comissão temporária de trabalho e elaboração da proposta da quarta edição durante o segundo semestre de 2017. Esta primeira instância exigiu diversas reuniões na modalidade online, considerando que a comissão foi constituída por colegas de todas as regiões do país. A primeira apresentação da proposta para a Executiva nacional por parte da CTT teve lugar por ocasião da Oficina Nacional da ABEPSS em 08 de novembro de 2017 na cidade de Niterói, quando foi realizada uma reunião presencial. 2) Uma vez consolidado o projeto foi constituída a equipe nacional

de facilitadoras para a implementação do projeto que contou com a participação de 24 professoras assistentes sociais indicadas pelas diretorias regionais da ABEPSS. Em 27 e 28 de fevereiro de 2018 realizou-se um encontro na cidade de Vitória-ES com o objetivo de avançar nas definições conceituais e operativas do projeto e, sobretudo, com o intuito da formação da equipe de facilitadoras. Este processo contou com a fundamental contribuição do professor Dr. Mauro Luiz Iasi que abordou junto ao grupo subsídios para a formação da equipe na perspectiva da educação popular. Observa-se nas avaliações que este foi um grande diferencial desta edição por se tratar de uma proposta coerente com a concepção de educação que defendemos.

Nesta edição do projeto ABEPSS Itinerante – executada entre os meses de abril e setembro de 2018 - realizamos 33 oficinas em 24 estados y contamos com a participação de 1300 pessoas.

Na **região Centro Oeste** foram realizadas três oficinas, uma no Estado de Goiás, uma no Mato Grosso e uma no Distrito Federal, totalizando oitenta e seis participantes.

Na **Região nordeste** foram realizadas nove oficinas em sete estados: Maceió-AL; Salvador-BA; Fortaleza-CE; Iguatu-CE; Patos-PB; Campina Grande-PB; Recife-PE; Aracajú-SE; Mossoró-RN, totalizando 289 participantes.

Na **Região Sul II** foram realizadas seis oficinas em dois estados: Capital/ABC/Baixada Santista-SP; São José do Rio Preto-SP; Campinas/Sorocaba-SP; Presidente Prudente/Araçatuba-SP; Franca/Ribeirão Preto-SP e Campo Grande-MS, totalizando 245 participantes.

Na **Região Sul I** foram realizadas três oficinas em três estados: Ponte Grossa e Matinhos/PR; Porto Alegre-RS; Blumenau-SC, totalizando 96 participantes.

Na **Região Leste** foram realizadas oito oficinas em três estados: Montes Claros-MG; Uberaba-MG, Viçosa-MG; Belo Horizonte-MG, Juiz de Fora-MG; Rio de janeiro-RJ; Campos dos Goytacazes-RJ, Vitória-ES, totalizando 312 participantes.

Na **Região Norte** forma realizadas seis oficinas em seis estados: Tocantins; Amazonas; Roraima; Piauí; Pará; Maranhão, totalizando 233 participantes.

Não conseguimos atingir os estados de Acre, Amapá e Rondônia.

Destaca-se, ainda, a participação da professora Rosângela Batistoni que vem contribuindo com o projeto desde sua origem. Nesta edição foi editada a palestra por ela proferida no I Seminário Nacional sobre os Fundamentos do Serviço Social que trouxe subsídios fundamentais para a reflexão.

Observa-se que a adesão ao projeto cresce a cada edição o que confirma que o projeto Abepss Itinerante já é patrimônio da ABEPSS e do Serviço Social Brasileiro. Por essa razão sugerimos a realização da quinta edição no próximo biênio.

Está em processo de construção um relatório sobre a terceira e quarta edição do projeto ABEPSS ITINERANTE para ser publicado na Revista Temporalis.

2. **EAD**

No marco das estratégias coletivas para o enfrentamento do processo de mercantilização, precarização e aligeiramento do processo de formação profissional, onde a modalidade de ensino à distância constitui sua expressão mais fiel, a ABEPSS manteve sua participação na CIRHT como principal espaço de articulação com as profissões da área da saúde. A ABEPSS teve participação na Audiência Pública sobre EaD em 02 de agosto de 2018.

Uma das deliberações do planejamento bienal a respeito do ensino à distância foi a construção de um documento expressando o posicionamento contrário da entidade à possibilidade de executar até 20 % da carga horária dos cursos na modalidade EaD continuando a configurar curso de modalidade presencial. Este documento abordaria, também, as expressões da precarização na formação profissional na modalidade presencial. Este documento não foi elaborado a partir da avaliação realizada em termos do seu significado político no contexto atual.

Entretanto, realizamos junto às coordenações regionais, intervenções diretas junto a instituições de ensino superior privadas a partir de demandas espontâneas. Nesse sentido, realizamos no ano de 2017 junto à vice-presidenta da regional leste uma visita técnica junto à Coordenação de Ensino à Distância da Universidade Estácio de Sá após recebermos solicitação de intervenção pelos discentes de diversos campis que informaram a decisão institucional de oferecer as disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II e III na modalidade à distância. A partir da visita técnica foi possível reverter essa decisão institucional no período posterior.

Outro aspecto inerente ao processo de mercantilização da formação profissional diz respeito à modalidade de titulação por certificação de extensão. Este processo difere da modalidade de ensino à distância. Isto é, o ensino à distância, embora considerado incompatível com a formação profissional de assistentes sociais, é uma modalidade prevista na LDB de 1996 e regulamentada pelo Ministério da Educação. Já a opção de titulação por certificação de extensão constitui uma forma ilegal de obtenção de

titulação e por isso tem sido objeto da fiscalização dos Conselhos Regionais de Serviço Social no ato do requerimento do registro profissional.

Consideramos que é preciso acumular no debate a respeito da filiação de unidades com as duas modalidades de ensino: presencial e à distância. Indeferimos um pedido de filiação de UFA que possui as duas modalidades de ensino e argumentamos que o estatuto da ABEPSS define como condição de filiação se tratar de UFA de caráter exclusivamente presencial. O nosso parecer foi contestado com o argumento de que se trata de dois cursos diferentes, inclusive com coordenações diferentes, e que o pedido foi feito para a modalidade presencial. Observamos que se trata de um único CNPJ. **Precisamos responder a contestação.**

3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Recebemos no inicio da gestão um documento da gestão anterior que vinha sendo elaborado desde a gestão 2011-2012 a respeito da elaboração de **parâmetros para orientar a construção e ou fortalecimento dos fóruns de supervisão de estágio** nos âmbitos local, micro regional, estadual, regional e nacional. Constituiu-se um GT para a finalização do documento composto pela coordenação nacional de graduação e pela professora Alzira Baptista Lewgoy. Durante o ano de 2017 o GT realizou uma série de reuniões via Skype e elaborou uma proposta de documento que circulou pelos regionais com o intuito de que as direções regionais promovessem debates nos espaços das oficinas regionais da ABEPSS, garantindo a tradição democrática da entidade na construção dos seus posicionamentos ético-políticos. A partir das contribuições regionais foi consolidado o documento com a proposta de seu lançamento na Oficina Nacional da ABEPSS em novembro de 2017 em Niterói. O momento da apresentação trouxe uma demanda pelo adiamento da publicização do documento. Foi deliberado o encaminhamento do documento para os regionais para nova rodada de debates para a finalização do processo. O GT sistematizou as discussões realizadas na Oficina Nacional e encaminhou em 30 de agosto de 2018 a proposta final com prazo de 15 de outubro para a recepção final das contribuições regionais. Nenhum regional retornou novas contribuições, o documento foi finalizado e entrou no site da ABEPSS no dia da realização do Fórum nacional de supervisão de estágio no XVI ENPESS. O documento recupera o processo histórico de construção dos fóruns de supervisão no marco do projeto profissional do Serviço Social brasileiro e propõe parâmetros para seu fortalecimento e operacionalização orgânica.

A realização de uma **campanha de valorização da supervisão de estágio** na sua indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e de campo foi um aspecto importante durante a gestão no âmbito da graduação. Foi conformada uma Comissão temporária de trabalho composta pela coordenação nacional de graduação e as assistentes sociais Marina Castro, Adryanice Souza, Paula Sirelli e Sandra Caldeira. A campanha foi construída com o intuito de destacar a relevância político-pedagógica do estágio supervisionado no processo de formação profissional e valorizar e fortalecer o processo de supervisão de estágio. Por isso, nossa campanha destaca: SOU ASSISTENTE SOCIAL E SUPERVISONO ESTÁGIO, ISTO IMPLICA AS DUAS FORMAS DE SUPERVISÃO DE FORMA INDISSOCIADA. Nesse sentido esta campanha é uma estratégia coletiva de defesa da nossa lei de regulamentação profissional, da resolução CFESS 533 de 2008 e da nossa PNE de 2010. Trabalhamos com material áudio-visual, inclusive com uma chamada na abertura das oficinas do ABEPSS ITINERANTE, material gráfico que circulou durante a oficina nacional, foi encaminhado aos regionais e os regionais imprimiram para as Oficinas do ABEPSS itinerante. O material está na sua totalidade disponível no site da ABEPSS e faz parte da arte do documento sobre os Parâmetros para a operacionalização dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social.

Finalmente, tinhamos planejado monitorar o processo de solicitação de regulamentação da Política Nacional de Estágio junto ao MEC/CNE. Esta deliberação foi preterida a partir do monitoramento considerando que o cenário politico é adverso para a execução de estratégias político-legal-burocráticas junto às instâncias institucionais/ governamentais.

4. EXTENSÃO

A questão do adensamento do debate a respeito do **estágio na extensão** foi um aspecto destacado no nosso planejamento de gestão e tinhamos deliberado pela elaboração de um documento que orientasse a execução do componente *estágio supervisionado* em experiências de extensão universitária. Tratar-se-ia de um adensamento dos princípios e orientações já abordados na PNE. A experiência de elaboração coletiva do documento dos Parâmetros para a operacionalização dos fóruns de supervisão de estágio nos mostrou que não conseguiríamos elaborar o documento sobre estágio na extensão e deliberamos, no monitoramento, pela indicação à próxima

gestão do seu prosseguimento a partir do debate realizado na Oficina Nacional da ABEPSS de 2015 na UERJ.

5. **ENADE**

A área de Serviço Social passou em 2018, novamente, pelo processo de avaliação com a aplicação do Exame Nacional de Desempenho Acadêmico-ENADE. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES do Ministério da Educação-MEC, comunicou em 18 de janeiro de 2018 à direção de avaliação da Educação Superior do Instituo Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira as áreas de avaliação que seriam submetidas ao Exame Nacional de desempenho dos estudantes – ENADE. Segundo o comunicado supracitado, a edição 2018 do ENADE refere-se ao Ano III do ciclo avaliativo, abrangendo áreas de avaliação relativas aos cursos de Bacharelado da área de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins e Tecnológicos relativos às áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design. Destaca-se que as áreas foram readequadas pelo MEC a partir de recomendação do INEP (por indicação da comissão de especialistas da área em outras edições) com a aprovação da migração do Serviço Social para a área de Ciências Sociais Aplicadas. Desta forma, nossa área foi – novamente – objeto de avaliação em 2018. Neste sentido, elaboramos documento com o posicionamento da entidade a respeito dessa proposta de avaliação recuperando o acúmulo da ABEPSS, sobretudo, expresso nos documentos de 2010, 2013 e 2016. Reatualizamos a Campanha contrária ao sistema de avaliação SINAES/ENADE a partir de deliberação do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional com qualidade: **Educação de qualidade não se mede com ENADE**, protagonizado pela representação discente de graduação na ABEPSS. Deve-se destacar a participação da ABEPSS na construção da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita, com o protagonismo do Representante discente de Pós Graduação da ABEPSS. Entendemos que este é um dos espaços coletivos legítimos para a construção de uma proposta alternativa de avaliação coerente com nossa concepção de profissão e de mundo.

6. ARTICULAÇÃO ENESSO/ABEPSS/CONJUNTO CFESS-CRESS/ALAEITS

O processo de fortalecimento da articulação política com a ENESSO forma parte da concepção de organização política coerente com o nosso projeto de profissão que parte da indissociabilidade das dimensões da formação, do trabalho profissional e da organização política da categoria profissional. Nesse sentido, a fundação do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional com qualidade em Serviço Social foi promovido nesta perspectiva. Iniciamos um processo de discussão junto à ENESSO com o intuito de acumularmos no sentido de fortalecermos a articulação entre as entidades revisando, inclusive, como esta relação se expressa nos estatutos das entidades: concretamente os mecanismos de indicação pela ENESSO para composição de chapa na ABEPSS: representação discente em ABEPSS é diferente de representação da ENESSO na ABEPSS.

Participação nos Encontros Nacionais e descentralizados Cfess/Cress. Diálogo fundamental na construção coletiva de estratégias de enfrentamento à precarização, aligeiramento da formação e formas ilegais de "formação" profissional. Proposta de sistema de cadastro de supervisores de estágio.

Participação no Encontro preparatório para o XXII SELETS, ocorrido em Santa Fé, Argentina entre 31 de maio e 01 de junho de 2016. Debatemos "Os velhos e novos desafios para os projetos acadêmico-institucionais. A situação da educação universitária no Brasil e a situação e desafios atuais dos cursos de serviço social". Esta participação redundou na organização de um simpósio auto organizado com esta temática no XXII SELETS realizado em setembro em Bogotá-Colômbia. Embora esta participação componha a nossa política de relações internacionais, ela compõe uma ação importante no âmbito da graduação em termos de socializar nossa proposta de formação profissional e identificar aliados e resistências no fortalecimento do nosso projeto de profissão. Importante destacar que a tradução das diretrizes curriculares – ques etá em andamento - precisa de uma introdução para atualizar questões de conteúdo mas, sobretudo, explicitar a intencionalidade dessa tradução em termos de socialização de um projeto de profissão e NÃO para sua APLICAÇÃO em outras latitudes.

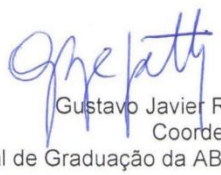
7. DEMANDAS ESPONTÂNEAS:

As demandas espontâneas chegam através dos regionais ou diretamente de sujeitos envolvidos com os processos de formação e trabalho profissional. Os encaminhamentos

sempre foram construídos em articulação com os respectivos regionais, com exceção daqueles que exigiram celeridade por diversas razões. A execução das deliberações nos prazos acordados é um elemento a ser considerado na avaliação, na crítica e auto-crítica sobre todos os processos.

1. Comissões de visita in loco, pelo INEP/MEC, conformadas por não assistentes sociais.
2. Denunciais de estudantes de diferentes regiões a respeito da inclusão de FHTM II e III na modalidade à distância na Universidade Estácio de Sá.
3. Demandas de orientação para construção de projetos político-pedagógicos para promover criação de cursos e acompanhamento dos extintos cursos de economia doméstica. Participação de reunião junto a reitoria da Universidade Estadual de Minas Gerais.
4. Reclassificação dos cursos no INEP/MEC. Este aspecto demandou um posicionamento nacional que não possibilitou a construção junto aos regionais por conta dos prazos do MEC e das pro-reitorias de graduação das UFAS. O não respeito desses prazos teria implicado na impossibilidade de encaminhar o posicionamento coletivo para as reitorias. Este processo gerou alguns incômodos.
5. **(Não é exatamente demanda espontânea)** Elaboração de documento com posicionamento da ABEPSS a respeito da docência universitária em Serviço Social como atribuição privativa de assistentes sociais, trazendo a discussão política em termos de concepção de profissão sem reducionismos burocráticos, ao contrário: concebendo a dimensão burocrática como estratégia de defesa do projeto profissional. Deliberamos pela suspensão por avaliarmos que poderia, nesse momento, fragmentar o nosso próprio campo, entretanto, realizamos esta discussão no 46º Encontro nacional CFESS/CRESS.
6. Outros: carga horária de estágio, professor não assistente social orientando TCC, modalidades de implementação do estágio supervisionado, dentre outras.

Vitória-ES, 08 de dezembro de 2018



Gustavo Javier Repetti
Coordenador
Nacional de Graduação da ABEPSS